

"POLÍTICA PÚBLICA E TERRITÓRIO"

"PUBLIC POLICY AND TERRITORY"

"POLÍTICA PÚBLICA Y TERRITORIO"

MORENO, Larissa Tavares

Resenha de: SILVA, Catia Antonia da. **Política Pública e Território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 115p.

Catia Antonia da Silva é geógrafa, mestra em Planejamento Urbano e Regional e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora associada do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente se dedica aos seguintes temas de pesquisa: trabalho urbano; movimentos sociais e trabalho; qualificação profissional; metropolização; metrópole; modernização e gestão urbano-metropolitana: conflitos com pescadores artesanais, economia política da pesca artesanal.

É importante mencionar que o livro *Política Pública e Território* é fruto de resultados finais de um projeto de pesquisa e extensão intitulado "Pescando por meio de redes sociais: promoção e facilitação aos pescadores artesanais sobre acesso aos direitos e políticas públicas e sobre capacitação de organização social e de apoio à autogestão", desenvolvido entre os anos de 2012-2015. Na obra a autora traz, para o nosso conhecimento, a fundamental discussão sobre a ação estatal, mediante as políticas públicas relacionadas a pesca artesanal brasileira. Como pano de fundo tem-se os marcos regulatórios institucionais e as conjunturas políticas que se relacionam ao acesso de direitos sociais e trabalhistas dos pescadores artesanais.

O livro é subdividido em três partes: Apresentação, Parte I "A produção política dos elos entre Estado e pesca artesanal", e Parte II "Políticas públicas e direitos sociais dos pescadores artesanais: no contexto do estado do Rio de Janeiro".

Dando início à Parte I a autora apresenta o conceito de "geografias das existências", que diz respeito ao entendimento dos pescadores e pescadoras artesanais enquanto sujeitos que existem no espaço e na história. Ao mesmo tempo em que existe o "território normado", aquele regulado por diferentes normas (políticas, financeiras, técnicas, constitucionais), mas que normalmente se deve as ações do Estado e de grandes empresas. O debate tem como cerne apontar como na escala do lugar e do cotidiano, mediante as relações de trabalho, vivências, sociabilidade e heranças culturais, os quais compõem as "geografias das existências", há influências das dinâmicas de ordens e normas globais, que abarca o "território normado". E como isso pode influir, por exemplo, nos limites institucionais e políticos ao acesso dos direitos sociais dos pescadores.

Diante disso, o texto trata sobre o processo histórico de normatizações do Estado que regulam a atividade pesqueira artesanal brasileira. Desde o período colonial no Brasil, até o século XXI. Isto é, apontando os instrumentos legais que ao longo dos anos foram produzindo ações e atos sobre a pesca e os pescadores. Como destaque, são discutidos no texto a respeito de quando os pescadores passaram a ser regulados e controlados pela Marinha Brasileira; perpassando pela fase de institucionalização com a criação do sistema representativo dos pescadores (as colônias, federações e confederações), a fase de industrialização e

modernização massiva do setor pesqueiro, sobretudo com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE); posteriormente uma fase ligada mais as questões ambientais com as atribuições do setor ligadas ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); entre outros rearranjos de ministeriais até a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o ano de 2015 quando novas leis, instruções normativas, decretos foram elaborados.

No último capítulo desta Parte I o foco principal foi apresentar de maneira minuciosa a questão dos limites à efetivação das políticas públicas e dos direitos sociais dos pescadores artesanais. No contexto dos anos de 2003 a 2014 a autora elucida a luta pelo registro geral da pesca, o seguro defeso, os direitos previdenciários, o acesso ao programa de apoio ao crédito o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, por sua vez, os conflitos decorrentes disso em relação ao papel do Estado, de gestores, da ilegitimidade das colônias, ou outros segmentos como os aquicultores.

A Parte II do livro faz referência ao contexto do estado do Rio de Janeiro, trazendo reflexões sobre as formas legais, a problemática do acesso aos direitos dos/pelos pescadores e como isso se realiza no território. O primeiro capítulo desta parte demonstra as oficinas realizadas, entre 2012 e 2015, junto aos pescadores de diferentes localidades, como: Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Muriqui, Ilhas de Jaguanum, de Itacuruçá e Marambaia, Ilha da Madeira, Itaipu, Macaé e Paraty. Desta forma, a autora expôs, sinteticamente, a metodologia dessas oficinas, das atividades, localidades e problemas identificados em relação aos direitos sociais e trabalhistas dos pescadores.

Dando continuidade as reflexões e apontamentos anteriores a autora no último capítulo ressalta a importância do território, enfatizando o reconhecimento dos lugares e histórias que envolvem o território das comunidades pesqueiras, que por sua vez, rebate diretamente no direito ao exercício do trabalho e de vida desses sujeitos. Posto que território e trabalho estão interligados, são elementos de uma mesma luta por direitos, que neste caso, como exemplifica a autora, pode contrastar com o crescente número de Unidades de Conservação no país, com forte tendência a proibição das tradicionais áreas de pesca, a criminalização dos pescadores artesanais, o que gera de um lado uma política de exclusão, e do outro a criação de áreas de interesse e uso por parte de grandes empresas.

A autora finaliza o livro com oito considerações, que ao nosso ver, podem ser reagrupados em três grandes aspectos reflexivos. O primeiro deles é o apontamento de que a ciência, sobretudo a geográfica e historiográfica, ainda pouco estuda (e estudou) a pesca no país, daí a dificuldade em aportes epistemológicos e metodológicos para nossas análises, que devem, segundo a autora, visar as vivências, no cotidiano com as comunidades, a fim de permear pelas “geografias das existências” dos pescadores. Aliás, são necessários as pesquisas científicas nesta temática, inclusive, no sentido de apreender esse diverso e complexo universo da pesca artesanal.

Outro ponto central é o papel do Estado, de controle e regulação da atividade pesqueira e do território ao longo dos anos, assim como, de suas ações punitivas aos pescadores artesanais e, de um outro lado, conveniente aos interesses de grandes empresas e do capital. O que por sua vez tende a ampliar as problemáticas e dificuldades para a realização de direitos dos pescadores.

Os conflitos e a complexa trama de ações, valores, usos e interesses são outro grande tema que menciona a autora ao final do livro. No sentido de nos remeter as dificuldades do acesso aos direitos sociais, trabalhistas e as políticas públicas, ainda hoje no século XXI, bem como no déficit de dados estatísticos atualizados que retratem a realidade da pesca artesanal brasileira.

Por essa abordagem, o livro representa extrema contribuição aos estudantes, pesquisadores, militantes, pescadores e pescadoras artesanais e demais interessados sobre na temática, bem como revela o envolvimento e contribuição do grupo de pesquisa junto as comunidades estudadas.

Embora alguns marcos regulatórios e institucionais tenham sido reajustados mais recentemente – como é o caso da extinção do MPA em outubro de 2015, passando suas atribuições ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), entretanto entre março de 2017 a abril de 2018 a Secretaria de

Aquicultura e Pesca (SAP) vinculou-se ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), sendo que atualmente está vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República –, o livro também possibilita compreender outros elementos históricos, e também teóricos e de método, os quais são essenciais para pensar a concretude e conjectura atual. Sobretudo, recentemente, no momento em que vários direitos conquistados historicamente pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira, vide os direitos previdenciários e trabalhistas, estão sendo atacados. Daí o grande desafio que nos alerta a autora em refletirmos sobre política pública, direitos e território dos pescadores artesanais, não enquanto questões ultrapassadas, mas sim como urgentes e necessárias.

Por isso, e tantos outros elementos que esse livro abarca, não só de instrumentos de reflexão, mas também nos “chamando a atenção” para a ação, a práxis, é que nós, estudantes, pesquisadores e militantes envolvidos na área da pesca artesanal devemos nos somar a luta em defesa dos direitos sociais, trabalhistas e territoriais dos pescadores e das pescadoras, assim como, do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

REFERÊNCIA

SILVA, C. **Política Pública e Território**: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais do Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 115p.